

Da linguística cognitiva à ciência social: 30 anos após *Metáforas da Vida Cotidiana*

Michiel Leezenberg¹

Tradução: Erik Miletta Martins²

Tradução do texto original “From Cognitive Linguistics to Social Science: Thirty Years after *Metaphors We Live By*”³.

Resumo: Nos trinta anos desde o surgimento de *Metáforas da vida cotidiana*, a linguística cognitiva desenvolveu-se em um ramo de investigações autônomo e próspero. Contatos interdisciplinares, entretanto, tem estado restritos aos estudos literários e às ciências cognitivas, e dificilmente estendem-se em direção às ciências sociais. Isto é ainda mais surpreendente quando, na antropologia da década de 1970, a metáfora foi vista como uma noção-chave para o estudo do simbolismo em geral. Esta contribuição explora o ponto de vista linguístico-cognitivo de fatores sociais e culturais. Lakoff e Johnson parecem ambivalentes no que diz respeito à relação entre cultura e cognição; mas partilham da crença, elaborada em detalhes por Gibbs e Turner (2002), de que fatores culturais podem ser explicados em termos de processos cognitivos. Desta perspectiva decorrem dificuldades metodológicas e filosóficas. Metodologicamente, esta perspectiva assume que fatores culturais podem ser reduzidos a processos cognitivos: filosoficamente, resume-se à ênfase cartesiana na experiência interna para explicar fenômenos externos. Existem esforços anti-cartesianos tanto na filosofia contemporânea quanto em uma grande corrente da filosofia do Século XVIII. Esta última, em particular, enfatizou a importância da corporificação e da metáfora na cognição. Enquanto alternativa, esboçarei uma abordagem semiótica mais consistente orientada para as práticas, que procede das práticas linguísticas para os processos cognitivos ao invés do contrário. Esta abordagem toma as práticas como irredutivelmente públicas e normativas; nesta, as assim chamadas ideologias linguísticas (SILVERSTEIN, 1979) possuem papel constitutivo tanto nas práticas linguísticas quanto na estrutura da

¹ Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de Amsterdam, Holanda.

² Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas.

³ Publicado na edição intitulada “Conceptual Metaphor Theory: Thirty Years After”, editada por Riccardo Fusaroli e Simone Morgagni, para *Journal of Cognitive Semiotics* em Janeiro de 2013. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/257940227_Conceptual_Metaphor_Theory_30_Years_After

linguagem. Esta alternativa é construída tanto com base em desenvolvimentos recentes da antropologia linguística quanto nos trabalhos de Peirce e Bakhtin. Ela sugere um olhar diferente à relação entre cognição, linguagem e prática social daquele sugerido pela linguística cognitiva.

Palavras-chave: Metáfora. Cognição. Cultura.

Abstract: In the thirty years since the appearance of *Metaphors We Live By*, cognitive linguistics has developed into a flourishing autonomous branch of inquiry. Interdisciplinary contacts, however, have largely been restricted to literary studies and the cognitive sciences and hardly extended towards the social sciences. This is the more surprising as, in 1970s anthropology, metaphor was seen as a key notion for the study of symbolism more generally. This contribution explores the cognitive linguistic view of social and cultural factors. Lakoff and Johnson appear ambivalent regarding the relation between culture and cognition; but they share the belief, elaborated in detail by Gibbs and Turner (2002), that cultural factors can be accounted for in terms of cognitive processes. This view runs into both methodological and philosophical difficulties. Methodologically, it assumes that cultural factors can be reduced to cognitive processes; philosophically, it boils down to a Cartesian emphasis on inner experience explaining outer phenomena. There are substantial anti-Cartesian strains both in contemporary philosophy and in a major current of Eighteenth-Century philosophy. The latter, in particular, emphasized the importance of embodiment and metaphor in cognition. As an alternative, I will sketch a more consistently semiotic- and practice-oriented approach that proceeds from linguistic practices to cognitive processes rather than the other way around. It takes practices as irreducibly public and normative; on this approach, so-called linguistic ideologies (Silverstein 1979) play a constitutive role in both linguistic practice and language structure. This alternative builds on recent developments in linguistic anthropology and the work of Peirce and Bakhtin. It suggests a different look at the relation between cognition, language, and social practice from that suggested in cognitive linguistics.

Keywords: Metaphor. Cognition. Culture.

Resumen: En los treinta años desde *Metáforas de la vida cotidiana*, la lingüística cognitiva se ha convertido en un ramo de investigaciones autónomo y próspero. Contactos interdisciplinarios, con todo, han sido restrictos a los estudios literarios y ciencias cognitivas, y raras veces se extienden a las ciencias sociales. Esto es más sorprendente aún visto que, en la antropología de los 1970, la metáfora era vista como una noción clave para el estudio del simbolismo en general. Esta contribución explora el punto de vista lingüístico-cognitivo de factores sociales y culturales. Lakoff y Johnson parecen ambivalentes en respecto a la relación entre cultura y cognición; pero comparten de la creencia elaborada en detalle por Gibbs y Turner (2002), de que factores culturales pueden ser explicados en términos de procesos cognitivos. Desde esta perspectiva resultan dificultades metodológicas y filosóficas. Metodológicamente, esta perspectiva asume que factores culturales pueden ser reducidos a procesos cognitivos; filosóficamente, se resume al énfasis cartesiana en la experiencia interna para explicar fenómenos externos. Hay esfuerzos anti-cartesianos tanto en la filosofía contemporánea cuanto en una grande corriente de la filosofía del siglo XVIII. Esta última, en particular, ha

enfaticado la importancia de la corporeización y de la metáfora en la cognición. Como alternativa, haré un esbozo de un abordaje semiótico más consistente orientado para estas prácticas, que procede de las prácticas lingüísticas para los procesos cognitivos en lugar de hacer el camino contrario. Este abordaje toma las prácticas como irreductiblemente públicas y normativas; así, las llamadas ideologías lingüísticas (SILVERSTEIN, 1979) poseen papel constitutivo tanto en las prácticas lingüísticas cuanto en la estructura del lenguaje. Esta alternativa es construida tanto con base en desarrollos recientes de la antropología lingüística como en los trabajos de Peirce y Bajtín. Ella sugiere una mirada diferente a la relación entre cognición, lenguaje y práctica social de aquella propuesta por la lingüística cognitiva.

Palabras-clave: Metáfora. Cognición. Cultura.

Introdução

O surgimento, em 1980, da obra *Metáforas da vida cotidiana* (doravante MVC) de George Lakoff e Mark Johnson marca o início da linguística cognitiva: um paradigma de pesquisa que viu um extraordinário crescimento nas últimas três décadas. Característica a este paradigma é a cooperação fértil com departamentos da literatura e da ciência cognitiva, entre outros. Ainda assim, existe uma notável unilateralidade neste florescimento interdisciplinar: vê-se pouco ou quase nenhum intercâmbio entre a linguística cognitiva e as ciências sociais.

Esta falta de contato é ainda mais surpreendente porque, no final da década de 1970, a metáfora emergiu como um tropo principal para a antropologia simbólica e cognitiva: assim, em 1974, James Fernandez argumentava que a metáfora é uma figura-chave –ou tropo principal – da antropologia simbólica. Entretanto, no início dos anos 1990 – em volume significativamente intitulado *Além da Metáfora* (FERNANDEZ, 1991) – ele sugere que o estudo dos tropos deveria olhar além desta

figura em particular; e pesquisas posteriores em antropologia parecem ter se distanciado ainda mais do estudo da metáfora em particular e dos tropos em geral.

Neste artigo, procuro explicar porque esta outrora promissora linha de pesquisa interdisciplinar não foi perseguida com maior ardor, ou com um sucesso mais duradouro, nas décadas seguintes. Faço-o, primeiramente, discutindo as considerações metodológicas sobre a prioridade relativa de fatores culturais e cognitivos no MVC e diversos trabalhos posteriores de Lakoff e Johnson, como também em estudos mais recentes de Ray Gibbs e Mark Turner. Em seguida, complemento estas considerações metodológicas com um argumento mais estritamente filosófico, de caráter tanto sistemático quanto histórico. O ponto sistemático diz respeito a sérios desafios filosóficos impostos ao quadro – essencialmente Cartesiano – assumido pelos semanticistas cognitivos. O ponto histórico é que, na filosofia ocidental, *existe* uma tradição que admite seriamente a linguagem figurativa e o impacto das práticas sociais na cognição; estranhamente, Lakoff e Johnson passam em silêncio ao largo desta tradição.

Cognição e cultura: premissas metodológicas

O conceito de cultura não avulta no MVC. Este não deveria ser um motivo para surpresa, dada a ênfase em processos cognitivos implicitamente assumidos como universais. O conceito de cultura não possui grande papel explicativo no *framework* teórico de Lakoff e Johnson; tampouco é um elemento de suporte na arquitetura teórica da

linguística cognitiva. Ainda assim, tanto nesta obra quanto em outras, Lakoff e Johnson apresentam – ou melhor, presumem – uma noção substancial de cultura. Parece valer a pena destrinchar estas premissas tácitas e ver como elas se relacionam com discussões científico-sociais.

Em primeiro lugar, estes autores tendem a relegar a variação cultural como um fenômeno de superfície sem importância para os processos cognitivos. Em suas breves observações sobre metáfora e coerência cultural (MVC, capítulo 5⁴), os autores parecem argumentar que, apesar da diferença de valores atrelados à MAIS-MENOS, CIMA-BAIXO, e outras orientações, tanto a base experiencial quanto os processos metafóricos envolvidos são transculturalmente idênticos: “as orientações principais *para cima-para baixo* (...) parecem existir em todas as culturas, mas a maneira pela qual os conceitos são orientados assim como a hierarquia das orientações variam de cultura para cultura” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 74). Embora a base experiencial seja a mesma, estas orientações diferentes podem ser avaliadas de maneira distinta; mas todas as projeções metafóricas são baseadas nos mesmos processos cognitivos. Dito de outra maneira: apesar de o conteúdo das metáforas orientacionais e valores atribuídos à *para cima-para baixo, esquerda-direita* etc. poder variar transculturalmente, a *estrutura* dos mapeamentos metafóricos, através dos quais domínios abstratos são mapeados por experiências espaciais, é universal.

Em segundo lugar, Lakoff e Johnson assumem que as culturas operam em termos de conceptualizações, normas e valores partilhados.

⁴ Valho-me aqui da tradução brasileira para a obra “*Metaphors we live by*”, de Lakoff e Johnson: LAKOFF, G. JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. (coordenação da tradução: Mara Sofia Zanotto) – Campinas, Mercado das Letras: Educ. São Paulo. 2002 [1980]. (Nota do tradutor).

Eles falam repetidamente das metáforas conceptuais de “nossa cultura” e “nossa sociedade” (LAKOFF; JOHNSON, 2002 [1980], p. 72) sem especificar como elas são delimitadas: americanas, anglo-saxônicas, ocidentais ou o quê? Elas são delimitadas pela linguagem ou por outros fatores?

Tais concepções não mudam em trabalhos posteriores. Assim, em *Women, Fire and Dangerous Things* (1987; doravante WFDT), Lakoff não desenvolve ou qualifica a concepção de cultura enquanto algo partilhado. Ele também não analisa, distingue ou contrasta de maneira clara os aspectos culturais e naturais do mundo no qual funcionam os organismos individuais. Como resultado, seu capítulo sobre o relativismo exibe uma profunda ambivalência entre ver a cultura como meramente expressando realidades cognitivas mais profundas – universais em última instância – e ver a cultura como algo que de fato modela ou constitui o pensamento. Da mesma forma, em 2001, Lakoff fala sobre cultura em termos de noções organicistas e românticas de tradições partilhadas, normas e valores: desta forma, caracteriza a “cultura Islâmica” como algo que envolve “valores” radicalmente diferentes de “nossa” cultura. Esta reivindicação não é apenas factualmente errônea, como também conceitualmente problemática. Nesta e em outras obras, o autor reproduz acriticamente uma noção romântica e a-histórica de cultura enquanto atemporal e anônima, envolvendo normas e valores partilhados. O conceito de *cultura* adotado por ele pode ser classificado como “comunitário”, ao assumir as comunidades culturais como dadas. A questão que os cientistas sociais procuram responder, contudo, é, precisamente, como tais comunidades são criadas, e como elas se sustentam ou se transformam? Outra

questão comum é: quem pode reivindicar de maneira legítima a representação de uma cultura ou determinar quais concepções e valores são partilhados – ou mesmo constitutivos – daquela comunidade? Em suas discussões sobre o relativismo conceptual e cultural, Lakoff parece assumir que os domínios da linguagem, pensamento e cultura são três entidades distintas. A separação entre estes três domínios, no entanto, requer um processo substancial de purificação que é relativamente recente e de maneira alguma inconteste (BAUMAN; BRIGGS, 2003, cap. 8). A própria concepção de cultura assumida por Lakoff e Johnson como auto-evidente ou não-problemática é surpreendentemente recente: o termo *cultura* adquiriu o sentido corrente por volta de 1800. Assim, nestas condições, o “conceito de cultura” assumido na linguística cognitiva parece ser totalmente romântico e comunitário. Entretanto, talvez não se deva insistir nas limitações e nos problemas com a perspectiva adotada por Lakoff e Johnson; em vez disso, deve-se perguntar, de maneira mais construtiva, como abordagens linguístico-cognitivas podem ser estendidas ou modificadas para acomodar uma visão mais sofisticada das complexidades da sociedade e cultura humana. De maneira mais específica, como acomodar os achados das ciências sociais. Gibbs (1999) oferece uma breve e programática tentativa e Turner (2002) um argumento mais detalhado nessa direção. Consideremos ambos.

Gibbs reconhece que a cognição emerge a partir da interação entre uma mente corporificada e um mundo cultural (e não apenas um mundo físico). Ele argumenta que a linguística cognitiva deveria ser estendida para acomodar estes aspectos culturais, mas para antes de chegar à conclusão mais radical de que fatores culturais, interagindo com uma cognição corporificada, podem ser, ao menos parcialmente,

constitutivos desta última. Obviamente, esta perspectiva levaria ao questionamento mais radical da ideia de “conceito de nível básico” não somente como uma fundação não-metafórica para a cognição, mas também como diretamente significativo e intrinsecamente intencional (LAKOFF, 1987, p. 267). Esta visão vai de encontro ao componente cultural crucial – provavelmente irreduzível – nos supostos conceitos de nível básico como CADEIRA ou MÃE. Cadeiras são obviamente artefatos culturais, e mães não são biologicamente dadas, mas – em grande medida – socialmente constituídas. Maternidade, como as relações de parentesco de um modo geral, envolve papéis e status sociais distintos que podem variar amplamente entre culturas. Como todas as relações de parentesco, é tão cultural como biológico. Assumir que estas dimensões biológicas são anteriores é um posicionamento tanto teoricamente comprometido quanto contestável, e não implica uma verdade autoevidente.

Mark Turner (2002) procura apresentar a linguística cognitiva como uma ciência fundacional e auxiliar para as ciências sociais, dando um toque cognitivo à abordagem interpretativa de Clifford Geertz para a Antropologia. Esta, por si só, já emprega métodos e conceitos da teoria literária e da filosofia, em particular da semiótica e da hermenêutica. Ecoando Max Weber, Geertz argumenta que o comportamento humano é uma forma de ação simbólica; a tarefa do antropólogo ou sociólogo é explicar os significados sociais dos símbolos envolvidos. Para mencionar apenas um exemplo famoso, as brigas de galo balinesas exploradas por Geertz (1973) dizem algo profundo a respeito da cultura balinesa. As violentas brigas de galo funcionam como uma encenação pacífica – e até lúdica – das rivalidades ou

hostilidades entre grupos de parentes, vilarejos ou até, em um quadro mais amplo, entre as ilhas de Bali e Java.

Turner argumenta que estes significados culturais são gerados pela operação cognitiva básica que ele chama de *mesclagem*. A ciência social, afirma o autor, “olha para o significado o tempo todo, mas não para o problema do significado” (TURNER, 2002, p. 10); quer dizer, a ciência social assume a existência do significado enquanto uma entidade explanatória mais do que explora como este se torna um traço – ou resultado – da configuração biológica, cultural e social das pessoas. É aqui que a linguística cognitiva, reivindicada pelo autor, pode ajudar, ao dar conta do significado enquanto o resultado de operações mentais básicas e, conseqüentemente, biologicamente compostas. Ele identifica a *mesclagem*, ao invés de noções anteriores de *metáfora* e *mapeamento conceptual*, como o processo central e universal capaz de gerar os significados envolvidos nas ações sociais.

A maior parte do livro de Turner soa como uma glosa cognitivista da abordagem interpretativa de Geertz para a ciência social. O livro tenta explicar as preocupações científico-sociais a partir de questões sobre significado e cultura em termos de preocupações científico-cognitivas com a mente e o cérebro, e sobre o significado em termos de *metáforas conceptuais*, *modelos cognitivos idealizados*, *mapeamentos* e *mesclagens*. No livro, particularidades culturais e especificidades históricas são também explicadas nos termos de uma “habilidade mental permanente, indispensável e aparentemente universal para os seres humanos” (TURNER, 2002, p. 20). Ao fazê-lo desta maneira, contudo, Turner arrisca-se à redução total de ações sociais a processos mentais e biológicos subjacentes. Como irei mostrar, existem boas razões filosóficas e metodológicas para resistir a esta redução. Para

além da questão do quanto estas supostas operações universais e conceitos de nível básico são, em parte, culturalmente modelados ou constituídos, esta redução deixa sem resposta a questão sobre como as práticas culturais – inerentemente públicas e normativas – podem ser explicadas por, e reduzidas a, processos mentais que são puramente causais e privados. Os problemas em reduzir o público ao privado e o normativo ao causal são de natureza lógica e filosófica.

Pode-se tomar esta perspectiva prático-teórica como apenas uma escolha metodológica que pode, ou não, levar a novos *insights*. Ela não precisa ser compreendida como uma reivindicação substantiva sobre a cognição humana. A pergunta a ser feita, então, é se esta perspectiva leva a apenas novos *insights* ou à incorporação empiricamente mais plausível de fatores culturais a uma explicação cognitiva. Como notei acima, autores dentro do paradigma cognitivista partem do “interno”, a partir do qual procuram estender ou extrapolar para o mundo cultural externo⁵. Pode-se também proceder na direção oposta, tomando tanto as práticas linguísticas como outras práticas públicas enquanto constitutivas das estruturas mentais e não o oposto. Ao admitir esta “virada prática” concernente ao uso linguístico, não se faz necessário um comprometimento com qualquer reivindicação psicológica ou filosófica sobre o caráter do pensamento humano. Ao olhar para esta linha de investigação como nada além de uma escolha metodológica, pode-se explorar as questões e *insights* que ela acarreta. A ideia de que as práticas linguísticas podem ser constitutivas dos processos cognitivos deve ser distinguida, evidentemente, da visão “objetivista” de que a metáfora é um fenômeno puramente linguístico, sem importância para

⁵ Ver por exemplo Gibbs (1999).

a cognição. Ainda que a última reivindicação, como a anterior, pareça elevar o nível da expressão linguística para acima dos processos cognitivos. Uma abordagem prático-teórica pode muito bem acomodar a ideia de que as práticas sociais – e, conseqüentemente, os processos cognitivos – são corporificados⁶. Da mesma forma – talvez até mais importante – a virada prática nas ciências sociais rejeita a ideia de que as culturas são *scripts* a serem encenados. Isto leva a uma perspectiva mais realista e empiricamente informada sobre como funciona a cultura.

Outros argumentos mais substanciais podem ser levantados contra Gibbs e Turner, entretanto. Ambos – de fato, a linguística cognitiva de modo geral – parecem partilhar da premissa de que os significados são primariamente entidades mentais privadas e apenas secundariamente – ou de maneira derivada – fenômenos públicos ou sociais. Esta premissa tem sido alvo de ataques crescentes por filósofos do séculoXX; é surpreendente, para dizer o mínimo, que em nenhum lugar Lakoff e Johnson apontem para esta linha crítica.

O fundacionalismo cartesiano de Lakoff e Johnson

Proponho que olhemos mais de perto para algumas das considerações filosóficas, sistemáticas, relativas à abordagem cognitiva da metáfora. Alguns autores já se opuseram à maneira pela qual Lakoff

⁶ Embora este ponto não seja enfatizado nas *Investigações Filosóficas*, pode-se construir o “Segundo Wittgenstein” como argumentando que os jogos de linguagem são práticas não apenas públicas como corporificadas.

recorre repetitivamente à falácia do espantalho⁷ para discutir teorias filosóficas anteriores sobre a metáfora; mas esta não é minha principal preocupação. Também não irei me preocupar com a evidente generalização na oposição que Lakoff e Johnson criam entre um “objetivismo” que supostamente acredita em uma realidade objetiva e significados objetivamente dados – significados que podem ser caracterizados sem apelar para a cognição corporificada ou metáforas conceptuais – e um “subjetivismo” romântico que alegadamente trata as experiências corporificadas internas como puramente individuais, subjetivas e não constrangidas (MVC capítulos 25-28). Meu foco estará na relação entre a abordagem destes autores e alguns dos argumentos anti-cartesianos mais pungentes da filosofia do século vinte.

Apesar da chamada “virada linguística” na filosofia analítica do século vinte – e, de uma maneira diferente, na filosofia continental –, por muito tempo os filósofos anglo-saxões tinham pouco a dizer sobre a metáfora. Foi somente a partir da década de 1960, que filósofos oriundos da linha analítica como Max Black, Monroe Beardsley e H.P. Grice começaram a levar a metáfora a sério. A filosofia analítica ou “objetivista” tendia a rejeitar a metáfora enquanto ornamento estilístico sem importância para a cognição. Tão problemática quanto é a tendência analítica de relegar a metáfora ao domínio do uso da linguagem mais do que ao significado linguístico – como foi feito por Searle, Grice e Davidson em particular⁸. No MVC e trabalhos posteriores, Lakoff e Johnson focam na linha formalista da filosofia

⁷ A falácia do espantalho (*straw man fallacy/argument*, em português também conhecida como falácia do homem – ou boneco – de palha) refere-se basicamente ao uso de argumentos que partem de distorções de uma proposição original a ser combatida.

⁸ Ver (LEEZENBERG, 2001), especialmente as seções 2.2 e 2.3, para uma crítica mais extensiva desta tentativa.

analítica e seus desdobramentos na semântica formal, representada nos trabalhos de Quine, David Lewis, Saul Kripke e Richard Montague. Apesar das frequentes descrições unilaterais e exageradas – em alguns casos francas caricaturas – destes autores, a crítica de Lakoff e Johnson ao que chamam de semântica objetivista – e em particular à premissa tácita entre muitos filósofos analíticos de que o significado literal é dado de maneira não-problemática – é largamente justificada.

Entretanto, outra linha da filosofia analítica é tanto mais relevante quanto ameaçadora para o empreendimento linguístico-cognitivo. Refiro-me à corrente mais informal e anti-cartesiana que explica a linguagem em termos de práticas públicas ou sociais, representada, por exemplo, pelo segundo Wittgenstein e a filosofia da “linguagem ordinária”. Nesta linha, rejeita-se a reivindicação empiricista clássica de que o conhecimento conceptual abstrato reside em – e pode ser reduzido a – uma interação puramente não-conceptual e diretamente causal com o mundo através dos órgãos de percepção; mas também ataca a forma de fundacionalismo cartesiano racionalista. Considerações sobre os argumentos de Lakoff e Johnson sugerem que o paradigma cognitivo adotado por eles continua ligado aos princípios da epistemologia fundacionalista cartesiana – incidindo assim nos mesmos tipos de problema.

A questão a ser levantada tem menos a ver com o fato de que a linguística cognitiva possui um caráter racionalista e cartesiano ou um empiricismo ao estilo de Locke, e mais a ver com como Lakoff e Johnson reproduzem premissas fundacionalistas inerentes à estas abordagens: o fundacionalismo, tanto em sua versão racionalista ou empiricista, vem sofrendo ataques na filosofia do século vinte. O mais famoso ataque a qualquer redução cartesiana do uso público da

linguagem a estados mentais privados é a discussão de Ludwig Wittgenstein sobre os estados mentais enquanto explicações para os significados linguísticos; particularmente, o argumento da linguagem privada nas *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1953, § 139 – 202). Ao mesmo tempo, a premissa empiricista de que estados de conhecimento conceptualizados – inerentemente normativos porque envolvem crenças, proposições e estados corretos e incorretos – podem ser reduzidos a um tipo de interação puramente causal com o mundo encontra críticas energéticas em Sellars (1956). Juntas, as reivindicações de Sellars e Wittgenstein equivalem à sugestão de que a prática linguística é irreduzivelmente pública e normativa; ela não pode ser explicada por, ou reduzida a, estados mentais, que são inerentemente privados e causais. Ao invés disso, a ordem de explicação deve ser revertida.

A discussão sobre o argumento da linguagem privada – junto a outros desafios filosóficos à epistemologia cartesiana – está estranhamente ausente não apenas do MVC como também nos trabalhos posteriores, *Women, Fire and Dangerous Things* e *Philosophy in the flesh* (1999). Até mesmo a discussão de Lakoff e Johnson sobre a filosofia analítica neste último (cap. 21) foca-se na suposta crença de Quine em um “mundo objetivamente constituído de entidades objetivas, incluindo os tipos naturais” (1999, p. 451), bem como sobre a teoria causal da referência defendida por Kripke e a gramática de Montague. Para além do questionamento sobre a adequação da representação sobre estas abordagens, a negligência sobre a discussão de Wittgenstein em torno dos jogos de linguagem e o seguimento de regras como prática pública, e a negligência sobre o argumento da

linguagem privada – altamente relevante para o projeto anti-cartesiano destes autores – são alarmantes. Isto fica ainda mais surpreendente dado que o argumento da linguagem privada, especialmente quando interpretado por Kripke, tornou-se um dos tópicos mais debatidos na filosofia analítica durante as décadas de 1980 e 1990.

Igualmente surpreendente é a leitura unilateral de Lakoff sobre Putnam (1981); Lakoff vale-se do famoso modelo teórico de Putnam (1981, capítulo 2) para criticar todos os modelos teóricos da semântica (Lakoff 1987, capítulo 15), mas ele ignora completamente a rejeição sumária de Putnam (1981, p. 17-21) sobre a intencionalidade humana como meio para fixar uma referência – apesar de ser precisamente este argumento derivado da premissa sobre a “experiência corporificada diretamente significativa”. Em outras palavras, a própria linha epistemológica do argumento que Lakoff emprega contra a semântica “objetivista” coloca em risco o realismo corporificado dele. A razão subjacente não é difícil de encontrar. O experiencialismo de Lakoff e Johnson - que mais tarde chamam de 'realismo corporificado' – explica questões de conhecimento em termos de uma mente individual que confronta o mundo externo, baseado em um cartesianismo residual que incorre em todos os tipos de problemas céticos. Apesar de darem um toque filosófico ao seu programa cartesiano – um que suplementa ou substitui a ênfase de Descartes sobre a faculdade da razão através de investigações sobre experiências não- ou pré-rationais (algo a que filósofos franceses mais ousados chamaram de “o impensado”) – estes autores continuam no *framework* cartesiano quando definem a cognição em termos de processos mentais internos e individuais e não enquanto práticas linguísticas públicas e normativas.

Críticas a este 'objetivismo' cartesiano – se é que este é o termo correto – não são novidade. De fato, o impulso mais recente da filosofia analítica é o de tratar a linguagem enquanto uma prática holística, pública e irreduzivelmente normativa: este era o estado da arte no fim d década de 1970 e continua assim até hoje. Naturalmente, o racionalismo cartesiano também foi alvo de críticas pela tradição fenomenológica. No MVC e também no *Philosophy in the flesh*, Lakoff e Johnson reconhecem Merleau-Ponty e – em grau menor – John Dewey como precursores do seu próprio realismo corporificado; mas não detalham essa ancestralidade. Enquanto isso, a subsequente “virada prática” vai além do projeto fenomenológico que – ao menos na formulação de Merleau-Ponty – continua confinado ao cartesianismo.

Em suma, a abordagem cartesiana de Lakoff e Johnson sobre a metáfora e a cognição corporificada coloca-os em uma tradição filosófica europeia obsoleta muito mais do que eles imaginam. A despeito da indiscriminada rejeição da tradição filosófica ocidental por ser objetivista, estes autores não se distanciam o suficiente dela; a posição adotada e elaborações subsequentes são reconhecidamente cartesianas, ao tratar a cognição como um confronto entre um cérebro ou mente individual e o mundo externo – um mundo, acima de tudo, que é primariamente físico e natural e apenas secundariamente social e cultural. Ao tentar reduzir todas as questões normativas e conceptuais do conhecimento e sua justificação ao nível da experiência corporificada e não-conceptual, em relação de causalidade com o

mundo externo, a linguística cognitiva parece apoiar-se no que se chama de epistemologia fundacionalista⁹.

Irei argumentar que uma explicação alternativa, que enfatiza o caráter corporificado e originalmente figurativo da linguagem humana, já estava disponível desde o século dezoito. A tradição filosófica ocidental não é tão monoliticamente objetivista como a caracterização – ousaria dizer Heideggeriana? – de Lakoff e Johnson sugere.

A Metáfora na história da filosofia: corporeidade no Iluminismo.

Como mencionado, a linha de argumentação de Lakoff e Johnson é bastante moldada por oposições românticas como “raciocinado” e “sentido”, subjetivo e objetivo, interno e externo. Nos capítulos 25 a 29 do MVC, estes autores reivindicam uma transcendência sobre a distinção entre um objetivismo formado pelo racionalismo iluminista, a cientificidade e a validade objetiva, por um lado, e um subjetivismo Romântico, espontâneo, que rejeita a ciência objetiva em prol da experiência irracional, subjetiva e puramente individual, por outro lado. Eles apresentam o experiencialismo – que eles chamam de “realismo corporificado” em outros trabalhos – enquanto um meio para ir além de ambas as correntes; ainda assim, a valoração positiva sobre a metáfora e a rejeição sobre o objetivismo científico continuam na mesma tradição da reação romântica ao racionalismo iluminista.

⁹ Sem dúvida, a primeira crítica sistemática do fundacionalismo é encontrada em Sellars (1956) e seu ataque implacável sobre o chamado “Mito do dado”. Esta crítica foi retomada e reforçada por Donald Davidson (1984 [1973]) e Richard Rorty (1979). Tal como formulada por Lakoff, a linguística cognitiva parece vulnerável a críticas a partir da linha argumentativa de Davidson que rejeita os esquemas conceituais.

Entretanto, uma perspectiva anti-cartesiana emergiu dentro do próprio pensamento iluminista tardio, que enfatizou a importância da linguagem pública, da metáfora e da corporificação – ao contrário de um estereótipo amplamente sustentado, o pensamento iluminista não é racionalista de maneira uniforme, tampouco objetivista. Esta tradição foi eclipsada por desenvolvimentos filosóficos posteriores; de maneira notável, a emergência de Kant, Hegel e o idealismo alemão; mas, à época, gozou de popularidade e ampla influência. De maneira importante para meus propósitos, esta perspectiva rejeitava o racionalismo mentalista e individualista de Descartes e a visão de Locke de que as línguas humanas seriam uma aproximação imperfeita ao, ou apenas uma expressão do pensamento puro e correto. Locke rejeitava a linguagem figurada pela mesma razão que rejeitava a retórica de modo geral: ambas trabalham com as paixões mais do que com a razão. Este autor conclui notoriamente sua discussão sobre o que ele chama de abuso retórico das palavras, pois “a eloquência, como o belo sexo, possui encantos demasiado atrativos para que se possa falar contra ela. E é em vão buscar as falhas das artes do engano quando a humanidade encontra prazer em ser enganada.” (LOCKE, 1975 [1689], p. 508).

No começo do século dezoito surgiu uma perspectiva alternativa tanto sobre a linguagem em geral como sobre os tropos em particular. Nela, via-se a poesia como a forma de linguagem original ou primitiva; enfatizava-se o caráter corporificado desta linguagem poética primitiva; algo que fez da metáfora, junto com outras figuras poéticas, crucial ao desenvolvimento da linguagem e do pensamento. O representante mais famoso desta perspectiva é Giambattista Vico com sua *Scienza nuova* (1744), argumenta que as nações primitivas falam e pensam de maneira

fundamentalmente diferente das sociedades avançadas e letradas; falam e pensam em termos daquilo que Vico chama de “caracteres poéticos”. Para a mente moderna, estes seriam apenas metáforas poéticas e outras figuras de linguagem; mas, para a maioria destas nações antigas, eles seriam o caminho natural para expressar-se – de fato, o único caminho possível. Este discurso poético reflete maneiras de pensar qualitativamente diferentes: as nações antigas, argumenta Vico, pensam em termos de universais imaginativos mais do que em termos de conceitos abstratos.

Na literatura, Vico é comumente – embora erroneamente – retratado como um gênio solitário e marginalizado na corrente cartesiana do pensamento iluminista europeu. De fato, o anti-cartesianismo era muito difundido através da Europa. Por isso, Hans Aarsleff argumenta (2006: 451) que “o teor da filosofia do século dezoito era anti-cartesiano, e o principal veículo desta reação era a filosofia da linguagem”. De maneira surpreendente, ele não discute a rejeição de Vico ao cartesianismo; mas, na verdade, esta omissão mostra que, durante este período, a crítica ao mentalismo cartesiano e a rejeição da linguagem enquanto mera distração ou distorção do conhecimento adequado eram de fato muito difundidas. Historicamente, o crítico anti-cartesiano mais influente foi, sem dúvidas, Jean-Jacques Rousseau, que brevemente descreve (1755) a origem da linguagem em expressões *quasi-poéticas* que envolviam projeções metafóricas. Isto posto, o autor mais importante à difusão – se não à origem – desta concepção da linguagem poética primitiva foi Étienne Bonnot de Condillac, cujo *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* de 1746 – amplamente esquecido hoje em dia – exerceu uma influência muito grande no século dezoito. Assim, esta obra modelou os trabalhos

posteriores de Johann Gottfried Herder – principalmente seu primeiro ensaio sobre a origem da linguagem e seus trabalhos posteriores sobre as tradições orais poéticas de povos primitivos, geralmente não-letrados. É impossível, argumenta Condillac, separar a música e a poesia das formas mais antigas de linguagem (2001 [1746], p. 139), acrescentando que “se a prosódia na origem das línguas estava próxima ao canto, então... o estilo era uma pintura virtual, valendo-se de toda a sorte de metáforas” (2001, p. 150). Apenas em um estágio posterior do desenvolvimento da linguagem, a eloquência torna-se em ornamento e a poesia em arte. Todos os termos abstratos são figurativos em sua origem (2001, p. 164-165): uma linha de pensamento próxima, mas com provável desenvolvimento independente, da adotada por Vico.

De relance, tudo isso parece antecipar bem os princípios da linguística cognitiva. Mas os argumentos de Condillac diferem-se em dois pontos cruciais: ele não apenas argumenta que os nomes figurativos de ideias complexas são criados antes daqueles que nomeiam ideias simples (2001, p. 167), como também entende que a prática social do uso linguístico modela as operações mentais, e não o contrário. “O intercurso social favorece a ocasião de mudar os gritos naturais para signos (...) e estes signos são o princípio do desenvolvimento e progresso das operações mentais” (citado por AARSLEFF, 2006, p. 463). O uso público da linguagem é, por si só, constitutivo do pensamento. O *Ensaio* de Condillac é comumente visto como uma abreviação em francês do *Ensaio sobre o entendimento humano*, de Locke. Na verdade, esta obra expressa doutrinas bastante

diferentes em relação ao papel da linguagem no pensamento e da metáfora e outras figuras na comunicação¹⁰.

Os argumentos elaborados por Condillac, Vico e muitos outros torna possível ver a cognição como mediada – se não constituída – pelo uso de símbolos; a metáfora possui um papel crucial neste processo de mediação linguística, e de constituição pela prática, da cognição. Estes autores representam uma tradição filosófica historicamente significativa, responsável por sugerir que o uso público da linguagem é constitutivo do pensamento interno, ao invés do contrário.

Modelos cognitivos e ideologias linguísticas

De maneira evidente, os argumentos ora expostos deixam em aberto a questão sobre como seria uma descrição, baseada ou orientada pelas práticas, dos mapeamentos metafóricos e modelos cognitivos que enfatizam a prática pública sobre a representação privada. Como não tenho espaço suficiente para detalhar esta questão, arrisco-me a esboçar alguns comentários iniciais. Em primeiro lugar, deve-se tratar a categorização e o significado literal como variavelmente atrelados a práticas letradas e orais. Nesta perspectiva, identifica-se a escrita como um fator que contribui significativamente para a estabilização de significados literais das palavras, através de um processo de codificação em dicionários e na gramática. Foca-se na educação como uma variável crucial para a cognição, e sugere-se que tipos específicos de aprendizado – como por exemplo a educação moderna em oposição à

¹⁰ Para mais detalhes, ver a introdução de Aarsleff à sua tradução do Ensaio, especialmente as páginas xv-xvii.

transmissão oral de conhecimento ou a outras formas mais tradicionais de educação baseadas na aprendizagem mecânica – terão efeitos cognitivos diferenciados.

Em segundo lugar, deve-se abrir as análises cognitivas para questões de autoridade social e poder. A definição bem-sucedida de significados literais em dicionários – junto à reprodução de práticas linguísticas na e pela educação – pressupõe uma autoridade legitimada, linguística e cognitivamente. Atualmente, a temática do poder na distinção entre figurativo e literal permanece virtualmente inexplorada.

Em terceiro lugar, deve-se dar um lugar central às ideologias linguísticas, isto é, a modelos populares sobre o que são as palavras e sobre como elas funcionam no mundo social – algo em muito parecido com o que Lakoff chama de *modelos cognitivos*. Há, entretanto, uma diferença analítica importante: as ideologias linguísticas são representações públicas, não privadas; elas são entidades primariamente linguísticas; e não apenas culturalmente específicas como também indicativas de classe, status e poder. Elas igualmente possuem uma importante – se não irredutível – dimensão indexical¹¹.

O insight crucial é que a metáfora não envolve, em geral, um mapeamento conceptual descontextualizado, por ser dependente de contexto. Em anos mais recentes, mais atenção tem sido devotada à metáfora enquanto um fenômeno discursivo. Argumentam a este favor, embora em linhas diferentes, Leezenberg (2001, p. 217-239) de um ponto de vista filosófico e, na Linguística Aplicada, Cameron e Deignan

¹¹ Para uma discussão mais detalhada sobre a importância das ideologias linguísticas para explicar as práticas linguísticas, ver, por exemplo, Bauman e Briggs (2003, cap. 1) e Hanks (1996, cap. 10).

(2006)¹². A revalorização romântica da metáfora pressupõe uma separação, ou uma *purificação*, do domínio da linguagem literal enquanto um fato: a purificação não alcançada até o século dezessete (BAUMAN; BRIGGS, 2003, cap. 2).

Lakoff reivindica (1993) que Michael Reddy antecipou a ciência cognitiva. O próprio Reddy acredita que o que ele chama de metáfora do conduíte – a ideia da linguagem enquanto um veículo para expressar e transportar o pensamento – não é um modelo mental mas uma ideologia pública: um traço linguístico do Inglês em sua função como sua própria metalinguagem, comentando o próprio *status* e funcionamento deste veículo (1993 [1979], p. 165-166); ele argumenta contra abordagens mentalistas e cognitivistas sobre a linguagem, como a de Lakoff e Johnson. A metáfora do conduíte deve ser vista como uma ideologia linguística ao invés de um modelo cognitivo. Reddy enfatiza seu caráter público e contestável: testemunha desse posicionamento é a questão de até que ponto a linguagem pode influenciar o processo de pensamento (1993, p. 175). Reddy argumenta em direção ao oposto daquilo que Lakoff alega a respeito deste autor: ele discute a influência formativa da linguagem na cognição ao invés da realização/manifestação linguística de estruturas conceptuais tomadas como explanatórias e universais. A abordagem deste autor é normativa: ele argumenta que a visão de linguagem como veículo para a expressão e transmissão do pensamento é enganosa. De maneira estranha, Lakoff e Johnson em nenhum lugar apontam o quão longe a abordagem cognitiva deles – que, em última instância, parece assumir

¹² Faço algumas explorações preliminares do papel das ideologias linguísticas na metáfora – e, de maneira mais geral, do papel da metalinguística – em Leezenberg (2008), especialmente nas páginas 18-21.

aspectos da metáfora do conduíte – debruça-se sobre um enquadre da linguagem como meramente derivada do pensamento, algo potencialmente enganoso .

Uma questão final a ser levantada é por quê o estudo da metáfora – e, talvez, dos tropos em geral – desapareceram bruscamente da Antropologia. Não tenho uma boa resposta; mas este desaparecimento parece ter acontecido em conjunção com o eclipse gradual das abordagens cognitivas e simbólicas. Como na antropologia simbólica, o paradigma da linguística cognitiva toma a cultura como um sistema de conhecimento ou como *scripts* ou textos a serem implementados e executados. Em anos mais recentes, a abordagem cognitiva e simbólica na antropologia tem sido posta de lado pelo que se pode chamar de “virada prática”. Hoje em dia, antropólogos estudam práticas públicas corporificadas ao invés de processos mentais privados e corporificados.

O desenvolvimento chave parece ter sido a emergência gradual da Antropologia Linguística ao longo das décadas de 1980 e 1990. Esta subdisciplina, distinguindo-se tanto da Antropologia Social e Cultural quanto da Linguística, possui mais uma orientação semiótica do que cognitiva, menos inspirada pela ciência social interpretativa de Weber, formadora da abordagem à antropologia de Geertz, do que pelos escritos de autores não-estruturalistas como C.S. Peirce e Mikhail Bakhtin sobre os signos ou sobre as práticas linguísticas. Dentro deste *framework*, tende-se a dar mais atenção às questões sociais de uso da linguagem, relações de poder e ideologias públicas do que à estrutura linguística, às relações conceituais e modelos mentais. Questões sobre a estrutura linguística e conceptual desaparecem em prol de questões sobre o que os usuários da linguagem fazem – e acreditam – ao

qualificar itens linguísticos ou gêneros do discurso enquanto, por exemplo, poéticos ou metafóricos. Estas questões apontam para uma considerável – histórica e culturalmente variável – quantidade de trabalho a ser feito para construir, ou *purificar*, os aparentemente autoevidentes domínios e categorias como aqueles da linguagem, da cultura, do “literal”, do “poético”, etc.

Conclusão

Apesar do inegável sucesso da linguística cognitiva, sua concepção cognitiva de cultura continua insatisfatória, valendo-se de asserções românticas e obsoletas ao invés de uma percepção empiricamente informada e teoricamente sofisticada sobre como a cultura é produzida, sustentada e contestada. Uma maneira de remediar esse problema pode estar em estender as concepções da linguística cognitiva à esfera das práticas culturais, como tentaram Gibbs e Turner; mas isto não resolve os problemas conceptuais subjacentes. A linguística cognitiva também debruça-se sobre um tipo de Antropologia que está obsoleta. Sob outros aspectos, entretanto, a consideração destes autores sobre a cognição como algo corporificado e experiencial apoia-se em um quadro cartesiano, que ainda toma os processos cognitivos como explicáveis em termos de uma experiência corpórea individual – em última instância, privada – ao invés de uma prática pública e possivelmente corporificada.

Outra solução é explorar a relação entre cognição e cultura na direção contrária, isto é, explorar questões sobre o processamento cognitivo e mapeamentos conceptuais via abordagem mais

propriamente semiótica, que toma a cognição humana como mediada – se não parcialmente constituída – pelo uso de símbolos. Tal abordagem, capaz de focar nas práticas linguísticas entendidas como inerentemente públicas, normativas e impregnadas de relações de poder, pode ser tomada como uma reivindicação filosófica substancial ou como uma escolha metodológica. A reivindicação de que o uso público da linguagem é constitutivo de estados mentais privados, e não o contrário, não deve ser confundida com a visão “objetivista” de que a metáfora é apenas um dispositivo linguístico sem importância para a cognição. Esta reivindicação também apresenta uma ascendência filosófica venerável, cujos traços remetem não apenas a filósofos do século vinte como Wittgenstein e teóricos sociais como Bourdieu e Foucault, mas também a pensadores mais antigos, como Vico, Condillac e Herder.

Naturalmente, a grande questão em aberto é se – e, se assim for, até que ponto – a metáfora continua relevante para a Antropologia Linguística e as outras ciências sociais; e, reciprocamente, se as ciências sociais, após a “virada prática”, ainda têm algo de interessante a dizer sobre a metáfora ou sobre a organização conceptual em geral. Pode-se esperar uma resposta afirmativa, mas, se assim for, no ponto onde estamos ela expressa mais um desejo do que uma convicção.

Referências

AARSLEFF, H. Philosophy of language. In HAAKONSSON, K. (ed.) *The Cambridge Companion to Eighteenth-Century Philosophy: Vol. 1* (451-495), Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2006.

- CAMERON, L. & DEIGMAN, A. The emergence of metaphor in discourse. *Applied Linguistics*, 27: 671-690. 2006.
- DE CONDILLAC, E.B. *Essay on the Origins of Human Knowledge*, AARSLEFF, H. (tr.), Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2001 [1746].
- CROFT, W. Toward a social cognitive linguistics. In EVANS, V. & POURCEL, S. (eds.) *New Directions in Cognitive Linguistics* (395-420). Amsterdam: John Benjamins. 2009.
- DAVIDSON, D. On the very idea of a conceptual scheme. In DAVIDSON, D., *Inquiries into Truth and Interpretation* (183-198). Oxford: Oxford University Press. 1984 [1973].
- FERNANDEZ, J. (ed.). *Beyond Metaphor: The Theory of Tropes in Anthropology*. Stanford, CA, USA: Stanford University Press. 1991.
- GEERTZ, C. Deep play: Notes on the Balinese cockfight. In GEERTZ, C., *The Interpretation of Cultures* (412-453). New York: Basic Books. 1973.
- GIBBS, Jr., R.W. Taking metaphor out of our heads and putting it into the cultural world. In
- STEEN, G.S. & GIBBS, Jr., R.W. (eds.), *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins. 1999.
- HANKS, W.F. *Language and Communicative Practice*. Boulder, CO, USA: Westview Press. 1996.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press. 1980.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books. 1999.
- LAKOFF, G. September 11, 2001. In KLEIN, M. & McINTYRE, A. (eds.), *September 11: Contexts and Consequences*. Berkeley CA, USA: Copy Central. 2001.
- LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: University of Chicago Press. 1987.
- LEEZENBERG, M. *Contexts of Metaphor: Current Research in the Semantics-Pragmatics Interface, Vol. 7*. Amsterdam: Elsevier Science. 2001.
- LEEZENBERG, M. Metaphor and metalanguage: Towards a social practice account of figurative speech. In Camp, E. (ed.), *Baltic International Yearbook of Cognition, Logic, and Communication, Vol. 3: A Figure Of Speech* (1-24), Kansas: New Prairie Press. 2008.
- LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding*, NIDDITICH, P.H. (ed.). Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1975 [1689].
- PUTNAM, H. *Reason, Truth, and History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1981.

REDDY, M. The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language. In ORTONY, A. (ed.) *Metaphor & Thought*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1979.

SELLARS, W. Empiricism and the philosophy of mind. In FEIGL, H. & SCRIVEN, M. (eds.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*. Minneapolis, MN, USA: University of Minnesota Press. 1956.

TURNER, M. *Cognitive Dimensions of Social Science*. New York: Oxford University Press. 2002.

Recebido em 12/09/2015. Aprovado em 03/11/2015.